

OPERAÇÃO OURO NEGRO IRÁ VISTORIANAR DENÚNCIAS DE IRREGULARIDADES NA P-66

Nos próximos dias 26 e 27 de outubro o Sindipetro-LP estará a bordo da P-66, onde irá participar da vistoria fiscalizatória da Operação Ouro Negro, feita por peritos e procuradores do Ministério Público do Trabalho (MPT-SP/RJ/Santos), auditores do Ministério do Trabalho e Previdência (MTP) e do Ibama, em conjunto com a Anvisa.

A vistoria será feita para averiguar as inúmeras denúncias de irregularidades feitas pelos trabalhadores através do Sindicato e buscar soluções para adequar o trabalho a bordo, assim como estender os resultados da vistoria para outras plataformas. Dentre os dias 30 e 31 de agosto, a operação Ouro Negro esteve na P-67 para iniciar esse trabalho.

Os trabalhadores da P-66 há algum tempo vêm sofrendo assédio das gerências. A manifestação mais grave desse assédio aconteceu após a greve de fevereiro de 2020, quando seis petroleiros da P-67 foram demitidos e cinco da P-66 foram suspenso.

Em abril do mesmo ano, o Sindipetro-LP, por meio de mandado de segurança, conseguiu reverter as demissões e punições que foram arbitrariamente impostas.

Durante pandemia, o sin-



dicato recebeu diversas denúncias de casos suspeitos de covid que foram ignorados pela gerência da plataforma, deixando os embarcados apreensivos e sujeitos a contaminação.

Os embarcados da P-66, assim como os da P-67 e de outras plataformas também têm passado pelo problema da passagem de turno, momento importante em que as equipes que vão assumir o próximo turno precisam saber todos os pormenores ocorridos ao longo do dia para evitar acidentes. Para evitar pagar horas extras e garantir pontos para receber abonos por produção, o gerente de ativo pressiona os gerentes das plataformas para proibirem que a passagem de turno dure mais do que 10 minutos, pois do contrário isso pode

gerar custos a empresa. No entanto, a falta de troca de informações durante a passagem de turno é apontado como um dos principais fatores para acidentes graves, como o que ocorreu na Piper Alpha, plataforma operada pela Occidental Petroleum, que matou 167 pessoas em 1988.

Na ocasião, vários procedimentos feitos não foram notificados devidamente, o que poderia ter evitado a tragédia que se sucedeu. Outros acidentes lendários, como o ocorrido na Deepwater Horizon, em 2010, no Golfo do México, que deixou 11 mortos também tiveram como principais causadores a falta de comunicação adequada durante a troca de turno. Aqui vale ressaltar a importância do trabalhador se cercar de garantias de uma boa pas-

sagem de turno e registro de todas as ingerências e desvios por ordem de chefes e gestores. Quando há acidentes, os primeiros a serem culpados são os empregados, sendo que em alguns casos, o trabalhador não tem nem direito de se defender, pois perderam a vida, como nos casos citados.

Na P-66, por amor a própria vida e respeito à vida de seus colegas, os trabalhadores têm se sujeitado a abrir mão de horas extras a que têm direito para que a passagem de turno seja feita de forma segura. No entanto, tal esforço não será lembrado caso haja um acidente na unidade, pelo contrário, a empresa fará de tudo para apontar falha humana e quem a cometeu, sendo que a culpa nunca recai sobre a chefia.

Todos esses casos e outros tantos recebidos pelo sindicato e denunciados ao MPT serão agora apurados pela Operação Ouro Negro.

O sindicato estará acompanhando a vistoria a bordo da P-66 e pede a colaboração dos trabalhadores, com depoimentos de casos, denúncias e qualquer manifestação que comprovem as irregularidades que há anos a categoria denuncia e a atual gestão da Petrobrás ignora.



Baixe o aplicativo Sindipetro LP e fique por dentro do que acontece no Sindicato! Aponte a câmera do seu celular para o QR CODE e instale já!



Android



IOS

Empresas faturam rios de dinheiro à custa da exploração de trabalhadores das plataformas terceirizados

De acordo com o Observatório Social do Petróleo, os trabalhadores terceirizados da Petrobrás pagam seus próprios salários com apenas 57 minutos de trabalho, o que sobra após esse tempo é tudo lucro. Isso porque estamos falando de uma categoria que tem média salarial de pouco mais de R\$ 4 mil reais.

Com esse indicativo, vemos como é cada vez mais selvagem e gananciosa a forma como os trabalhadores terceirizados estão sendo explorados, com a conivência da Petrobrás, por estarem sob o “manto sagrado” da nova redação da reforma trabalhista.

Na bacia de Santos uma das principais empresas do ramo de hotelaria não vem pagando

corretamente as horas extras dos empregados embarcados. A empresa atende diversas plataformas, P-67, UMPA, P-70, P-66, P-69 e em breve UMCP.

Muitos trabalhadores são contratados com salário mínimo e mais os adicionais de embarque, periculosidade e HRA, que juntos somam 50% de ganhos em seus rendimentos. Porém com um salário tão baixo assim, prestando serviços para a maior petrolífera da América do Sul, a alta rotatividade desses empregados é algo normalizado, e para tentar manter os serviços em dia para com sua contratante ela mantém as empresas incorrem na ilegalidade em manter por mais de 14 dias os trabalhadores a bordo.

Tudo isso já seria muito ruim, mas não para por aí. Com os dias a mais embarcados os trabalhadores deveriam receber no mínimo o valor das horas acrescidas de 50%, mas a empresa de hotelaria não entende assim e não calcula sobre as horas a mais trabalhadas pelos empregados o valor dos adicionais, e não há justificativa para essa selvageria, nem na nova reforma trabalhista.

A forma de cálculo está totalmente equivocada e com isso um dia a mais embarcado trabalhando por doze horas extras custa nada mais nada menos que R\$ 80! Isso mesmo, apenas R\$ 80 por um dia inteiro de trabalho embarcado, para servir a todos os outros

trabalhadores. É cruel demais.

A Petrobrás deveria verificar os cálculos já que paga pelos serviços e tem obrigação de fiscalização, mas não é o que acontece.

Como um ciclo fechado, o valor absurdamente baixo pago pela mão de obra desses trabalhadores gera descontentamento geral, que por sua vez mantém girando a roda da rotatividade. No final do ciclo quem ganha nessa relação exploratória é a Petrobrás e a empresa terceirizada de hotelaria. Já os trabalhadores, que ficam isolados, sem seus familiares, amigos e qualquer convívio social por mais do que 14 dias, esses só perdem.

Negligência dos gestores da P-67 coloca unidade e saúde dos trabalhadores em risco

Mais uma vez a conduta negacionista e o despreparo frente à Covid-19 deixaram os trabalhadores da P-67 à deriva. No início do mês, 10 petroleiros foram diagnosticados com Covid-19 e a unidade ficou desguarnecida de trabalhadores. A contaminação foi tão grande que apenas 2 operadores “tocaram” a unidade no turno da noite, onde o normal, seriam 9 a plena produção que seguiu mantida. Afora isso, os contactantes continuaram a exercer as atividades e não foi feita sanitização no local para a nova equipe que embarcou. Em caso de um sinistro a situação poderia ser ainda pior, já que o número de brigadistas fica reduzido também.

Além de permitir a disseminação do vírus, a gestão acaba sacrificando quem está a bordo, já que

estão sendo obrigados a trabalhar em dobro e arriscando ficar doente. Isso é o mesmo que “brincar” de roleta russa, só que a arma fica nas mãos da UN-BS. Tal atitude deixa ainda mais evidente a conduta dos gestores que se preocupam apenas com o lucro visando dividir com os acionistas um bônus “bem generoso” enquanto oferece migalhas para o chão de fábrica como proposta de PLR.

Isso demonstra, mais uma vez, que a política genocida e negacionista do presidente Jair Bolsonaro, perpetuada pelo alto escalão da empresa, que desde o início da pandemia, gerou frutos no Sistema Petrobrás. A companhia segue se pautando única e exclusivamente pela produção e o lucro, deixando em segundo plano o cuidado com sua força de trabalho.

E o pior, não foi por falta de aviso. Desde o princípio, o Sindipetro-LP exigiu medidas efetivas como redução de quadro de próprios e terceirizados, alterações na logística de embarque e desembarque, até fornecimento de máscaras, mas a empresa só soube usar desculpas “padrão” e não trata o problema como vem fazendo até hoje. A situação nessa plataforma é a prova disso.

O Sindipetro-LP está acompanhando o caso de perto e exige que seja emitida a Comunicação de Acidente de Trabalho (CAT) já que a força de trabalho foi contaminada enquanto estava embarcada e até o momento não chegou nenhum documento.

As plataformas são locais propícios para a propagação do coronavírus. Os petroleiros dividem camarotes e locais comuns que

não permite um distanciamento razoável. Segundo dados da Organização Mundial de Saúde (OMS) o vírus pode ser transmitido pelo ar após a tosse, estando cerca de 1 ou 2 metros de uma pessoa com a doença.

A Petrobrás tem que adotar medidas de avaliação de risco com antecedência e garantir que o local de trabalho atenda a critérios rigorosos de segurança e saúde, a fim de minimizar o risco de exposição da força de trabalho à doença. A aplicação de medidas necessárias contribuirá para diminuir o risco de novos surtos nas unidades do mar, como vem acontecendo sistematicamente.

Accesse o site www.sindipetro-lp.org.br e veja todas as denúncias feitas pela diretoria do Sindicato